

IDEIAS E FACTOS

Carlos
Corrêa
Gago

Produtividade e Progresso

Entendida a ideia de Produtividade, muito simplesmente, como capacidade ou aptidão para produzir, é referindo-a a um qualquer agregado social dispondo de um conjunto de meios e recursos — uma nação, para fixar ideias — que poderemos relacioná-la com a ideia de progresso e tentar descobrir o sentido dessa relação.

A capacidade de produção de bens materiais por um país, a partir, como factores originais, dos seus recursos naturais e da sua população trabalhadora, é exprimível, em abstracção teórica mas cómoda, por uma função a que os economistas chamam «função de produção», através da qual se pode traçar, em termos muito esquemáticos, a evolução técnico-económica das comunidades humanas.

Assim, nas sociedades primitivas mas já classificáveis de conscientemente produtoras, baseadas na agricultura, a quantidade de produção, por exemplo anual, de que são capazes depende, essencialmente, da área cultivada e do tempo de trabalho nela gasto.

As duas variáveis independentes da função de produção são, pois, a Terra e o Trabalho, isto é: a quantidade de bens produzidos — consideradas invariantes outras circunstâncias não controláveis pela comunidade produtora, designadamente o clima — é determinada pelos pares de valores assumidos por aquelas variáveis.

Destas comunidades de mera subsistência emergiram as sociedades progressivamente industrializadas, através de um processo evolutivo das condições de produção, a traduzir-se numa crescente complexidade da respectiva função; foi o progresso acelerado da utensilagem e da máquina o nervo motor dessa evolução, tendo surgido uma categoria nova de bens económicos — os bens «de produção» ou «de capital». As comunidades industrializadas apresentam, com efeito, esta característica que radicalmente as distingue das não industrializadas: produzem, em quantidades significativas, bens que não são para consumo imediato; são antes bens

intermédios, destinados por seu turno a servir na produção de bens de consumo (ou de serviços), à qual trazem uma eficiência acrescida — e um custo menor. Com efeito, é largamente compensador que uma parte do esforço produtivo de uma comunidade económica seja aplicada em bens «de capital»: estes irão multiplicar a «produtividade» do esforço que se dedique aos bens para consumo — cujo custo «social» baixará correspondentemente.

Na função de produção de uma sociedade industrializada entra, assim, nova variável, além da Terra (chamemos-lhe agora, mais latamente, recursos naturais — minerais, energéticos, etc., além da terra arável) e do trabalho: o «stock» de bens de capital que tal sociedade constituiu e vai constituindo e que vem aumentar a produtividade de outros factores de produção a que se junta — portanto, a produtividade da comunidade que o possui.

Mas a concepção e a produção de bens de equipamento só se desenvolvem e progridem nas comunidades onde exista, viva e exercitada, uma cultura técnica, com as inerentes actividades de investigação, de estudo e de formação, intensas e incessantes. Tão importante é este aspecto infraestrutural, que foi individualizado nas funções de produção: o nível técnico, o nível de desenvolvimento da técnica criada (ou adaptada) por uma comunidade, é um condicionante da sua produtividade, influenciando positivamente sobre a produtividade do «stock» de capital (que não cessa de rodar, de renovar-se), dos recursos naturais e do trabalho disponíveis.

Já temos quatro variáveis fundamentais influenciando a produtividade de uma nação: Recursos Naturais; Trabalho; Capital; Técnica.

Este acréscimo de complexidade da função de produção, que tomámos como guia, é uma imagem verídica da crescente complexidade que a técnica foi introduzindo nos processos produtivos. Os homens das sociedades industrializadas actuais têm ao seu dispor, para produzirem os bens que necessitam ou desejam, uma colecção de recursos, naturais uns, por eles criados outros (entre os quais o trabalho reveste agora, note-se, a forma de mão-de-obra altamente especializada), colecção de recursos cuja utilização já não se compadece com empirismos. De tal forma que se criou, para melhorar essa utilização, uma nova disciplina científica, que pode ser também promovida, sem esforço, à categoria de factor de produção, pois também ela é susceptível de aumentar a produtividade dos outros quatro factores a que se associe: é a «organização científica do trabalho» — entendida não apenas ao nível da fábrica, mas também ao nível nacional, através da programação e orientação cientificamente baseadas do crescimento económico. Chegámos, assim, ao estabelecimento de uma relação que, em esquema, faz depender a quantidade de bens produzidos por uma

comunidade, por exemplo nacional, dos seus recursos naturais, da sua população trabalhadora, do avanço da sua técnica, do capital que acumulou e do nível de organização com que utilize todos esses factores.

Ora, em que sentido se pode falar de progresso a propósito da evolução descrita? Desde já, num sentido estritamente materialista: o problema económico das sociedades humanas consiste na luta contra a escassez e na criação de condições de vida quanto possível cómodas. O homem não encontra em estado natural os meios necessários para subsistir nem para viver cómodamente: tem de os produzir. Para não repisar evidências, digamos rapidamente que o nível de bem-estar material de uma comunidade varia directamente com a sua capacidade de produzir bens económicos, que consuma ela mesma ou que troque por bens produzidos por outras comunidades: varia directamente com a sua «produtividade». À escala individual, à medida que cada homem vá podendo produzir mais por hora de trabalho, maior irá sendo também o valor de troca do trabalho que prestou — o seu salário real.

È, pois, porque uma produtividade elevada corresponde a uma elevada capacidade de consumo e de usufruto de bens, que essa produtividade é uma condição necessária do progresso económico-social.

Esta afirmação contém, no entanto, uma reserva: porque não é a produtividade uma condição também suficiente?

A produtividade não é condição suficiente de progresso económico-social, antes de mais, porque não garante, por si, a justiça distributiva; isto é, as vantagens de uma produção acrescida podem não ser equitativamente repartidas pelos membros da comunidade que para ela contribuíram. Por outro lado, os próprios acréscimos de produção podem não ser orientados no sentido que mais convenha à maioria da comunidade nacional. Ora, sem uma orientação socialmente útil e sem uma repartição equitativa, só há lugar, quando muito, para se falar em mero progresso económico como fruto da elevação da produtividade— e, mesmo assim, teremos de esquecer que a mesma ideia de progresso, em matérias de carácter social, encerra um juízo de valor que só ganha sentido quando referido ao homem.

Acresce, porém, que a própria ideia-força do aumento da produtividade, na forma como foi, e é, posta em acção nas economias de mercado, apresenta um reverso, um passivo, que, se não é demolidor, é pelo menos irritante.

A razão desses aspectos negativos poderá buscar-se no contexto sociológico e político em que se inseriu o desenvolvimento espectacular da capacidade produtiva das sociedades ocidentais, nos últimos século e meio, contexto esse que não assegurou a melhor utilização social das novas condições de produção. Com efeito,

o surgimento e o desenvolvimento da nova categoria de recursos produtivos a que se aludiu — os bens de produção, ou bens de equipamento — fez-se por intermédio de uma nova classe de proprietários, motivados pelo lucro, e à sombra das doutrinas do liberalismo económico, com a sua fé ilimitada nos méritos da iniciativa privada e nas teorias económicas dos clássicos, em muitos aspectos de um optimismo ingénuo. É exemplo típico a célebre alegoria da «mão invisível», que o economista inglês Adam Smith dizia conduzir a actividade económica de tal forma que o bem comum resultava sempre da prossecução, por cada indivíduo, dos seus interesses pessoais.

O resultado foi que a capacidade de produzir, tornada sinónima de capacidade de vender, de trunfo inestimável para o bem-estar, se transfigurou numa ideia fixa fanatizante, à qual todos os detentores do poder económico sacrificam, com um imediatismo de visão muitas vezes lamentável do ponto de vista social. A quantidade de produção vendida passou assim a ser um valor em si mesmo, independentemente da natureza e do destino dessa produção. Que o acento tónico da problemática actual da economia de empresa seja cada vez mais posto na venda, é prova eloquente do que afirmamos. Já não basta oferecer — é preciso impingir. E isto à custa de práticas injustificáveis, todas tendentes a assegurar a venda de produções já saturantes para as classes que formam os mercados capazes de as comprar, práticas tais como as baseadas nas técnicas de comunicação de massa — que criam no consumidor tantas pseudo-necessidades — na introdução do estilo e da moda nos bens de consumo duradouro — automóveis, artigos electrodomésticos — obrigando à troca periódica pela instilação, no consumidor, de conceitos de prestígio e de afirmação pessoal ou familiar verdadeiramente infantis, etc. Vai-se ao ponto de fabricar certos produtos com durações limitadas — mesmo calculadas — de forma a obrigar à substituição, até por quem não quererá mudar de modelo; vai-se ao ponto, e é cada vez mais corrente, de as fábricas deixarem de produzir sobresselentes passados poucos anos sobre o lançamento dum modelo — cuja vida económica é assim fatalmente limitada.

Estamos em presença de um fenómeno típico de alienação, por parte das sociedades humanas, de virtualidades de bem-estar que elas próprias criaram — mas das quais, por razões fundamentalmente de ordem sociológica, não foram ainda capazes de se servir por forma, digamos, adulta; e perante as quais os seus componentes, os homens, se comportam mais como criaturas do que como autênticos criadores que são.

É claro que, se transcendermos a óptica das nacionalidades em que nos fixámos por comodidade, estes problemas de saturação de determinados mercados pela produção de massa e das práticas

abusivas a que se lança mão para os resolver, adquirem um aspecto quase sacrílego — pois é bem patente que, à escala mundial, se não produz ainda, nem de longe, o bastante para que todos vivamos humanamente. Os êxitos económicos dos países industrializados ficam assim reduzidos à dimensão de animadoras experiências-piloto, que nos autorizam a esperança de que viremos, um dia, a ter o bastante para viver como homens — em todos os continentes.

Não deveremos, portanto, pedir demais à Produtividade — e de menos a nós próprios. Que ela seja uma condição necessária, já é bastante para lhe conferir um papel e um estatuto de irrecusável alcance na vida económica dos povos. Com efeito, se a produção de bens económicos não atinge um certo nível mínimo, as desigualdades sociais podem ferir e mesmo insultar, mas não são o nó do problema; e as pregações revolucionárias que as tomam por base serão, quando muito, um oportuno argumento de propaganda política — se não forem pura demagogia.

Mas, uma vez assegurado um nível aceitável de produção «per capita», falta ainda assegurar que toda a comunidade seja por isso beneficiada.

Para tanto, para valorizar inteiramente a Produtividade como instrumento do progresso social, é fundamental que os homens, todos os homens, assumam perante ela a sua verdadeira estatura; que se não deixem mistificar por «slogans» e frases feitas tendentes a idealizar a técnica e as preocupações produtivísticas como forças com existência autónoma, uma espécie de novos elementos que tenham vindo acrescentar o poder arbitrário dos que já existiam e em relação aos quais os homens, ou a maioria deles, tenham de assumir uma posição meramente defensiva («o homem dominado pela técnica», «o homem escravo da máquina», são exemplos característicos de conceitos de uma verdade epidérmica, promotores dessa atitude demitida).

Só se todos os homens tomarem nas suas mãos o governo do seu destino e das forças e meios que souberam criar para o moldarem, a técnica e a produtividade poderão tornar-se os instrumentos de libertação com que sonhamos — em vez dos pretextos de domínio e de poder em que, com demasiada frequência, as têm convertido.